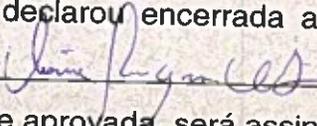


 Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	Diretoria Adjunta Operacional	CÓDIGO:	FQ-COTEP-006-00
	Formulário da Qualidade	DATA EMISSÃO:	20/06/2018
	Comissões Técnicas Permanentes	DATA REVISÃO:	
	Ata de Reunião		

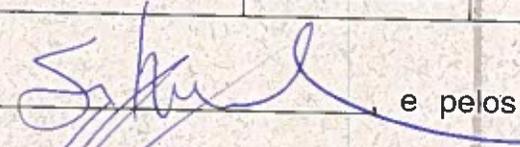
ATA DA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E SAÚDE NA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA TRIGÉSSIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ.

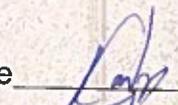
As oito horas e trinta minutos, do dia quatro de abril do ano de dois mil e dezenove, no auditório deputado Antônio G. de Freitas do Complexo de Comissões Técnicas Permanentes, reuniu-se a Comissão de Seguridade Social e Saúde com a presença dos deputados: Dra Silvana (presidente), Antônio Granja, Dr. Carlos Felipe, Lucilvio Girão, Heitor Férrer, Guilherme Landim e Elmano Freitas. Justificou a ausência a deputada Fernanda Pessoa. A presidente da comissão agradeceu a presença de todos, e deu como lida a ATA da terceira Reunião Ordinária, colocando-a em votação sendo aprovada por unanimidade. Inicialmente a presidente fez a leitura do expediente, pautando o **item A**, que diz respeito a leitura da correspondência e outros documentos recebidos, onde nada consta. Em seguida, foi feita a leitura das matérias recebidas e distribuídas aos respectivos relatores, submeteu à discussão e votação dos presentes, referente as matérias em pauta antes dos pronunciamentos dos pares por conta da sessão do plenário, sendo aprovado por unanimidade. Inicialmente a palavra foi facultada ao deputado Antônio Granja que parabenizou aos autores das matérias, pois o conteúdo é de extrema importância e enfatizou que a comissão está bem representada pela presidente, que ressaltou estar à **saúde judicializada**. Embora se adequando a cada caso específico precariamente. Exemplificando assim os casos diagnosticados de câncer e outras doenças patológicas de alta complexidade onde o tempo é um fator crucial, podendo vir a óbito, caso não forem tomadas as providências em tempo hábil, urgentemente. A população cresceu imensamente, enquanto que as vagas de **UTI(S) não tem acompanhado a demanda**. Retomando a palavra, a presidente da comissão ressaltou o requerimento de sua autoria, com a mesma contextualização. Através da qual deseja formar uma comissão composta de Médicos peritos, Juízes, Ministério Público, Defensoria Pública do Estado e da União, Secretário de Saúde do Estado Município para tratar de assunto de tamanha relevância, discutindo toda problemática quanto à disponibilidade de vaga **na UTI**, cessando o direito dos pacientes patológicos a

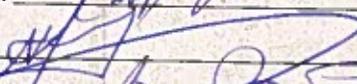
 Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	Diretoria Adjunta Operacional	CÓDIGO:	FQ-COTEP-006-00
	Formulário da Qualidade	DATA EMISSÃO:	20/06/2018
	Comissões Técnicas Permanentes	DATA REVISÃO:	
	Ata de Reunião		

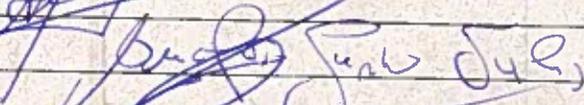
prestação da saúde, sem correr o risco de óbito. Ontem foi realizada uma Audiência Pública com a duração de aproximadamente quatro horas. Na qual o Secretário de Saúde Dr. Carlos Roberto Martins Sobrinho (Cabeto) se fez presente, como também quinze deputados, além da presença do atual presidente Dessa Casa. Foram feitos encaminhamentos, em tomada de decisão como forma de garantia dos direitos aos pacientes tão penalizados com a falta de **UTI(S)**. Facultada a palavra ao deputado Elmano Freitas, que enalteceu a discussão e pontuou que deverá existir a mediação entre Justiça e Saúde. Partindo da premissa de que a Saúde é um direito de todos. Sem precisar estar vinculada a nenhuma fórmula. Devendo verificar os critérios adotados pelos médicos peritos. Os juízes não estão presencialmente com os pacientes necessitados das vagas de **UTI(S)**, **identificando os casos prioritários**. Segundo Dra. Silvana, presidente da comissão gostaria de colocar em prática uma **comissão de médicos qualificados concursados**, para julgar os casos diagnosticados prioritariamente. Devem-se adotar os mesmos critérios com os casos de intervenções cirúrgicas no interior do Estado. De tal forma os juízes devem ter acesso aos dados da Secretaria de Saúde para assim agilizar a judicialização. Facultada a palavra ao deputado Dr. Carlos Felipe que citou o exemplo do Rio Grande do Sul, considerado um grande avanço frente a essa problemática, pois a judicialização é executado mediante a intervenção do Ministério Público., Secretaria de Saúde e Defensoria Pública. Também se pronunciou o deputado Lucilvio Girão que achou bem exemplificar os diagnosticados de **AVC e Cardiopatias**. E o deputado Heitor Férrer que deve existir um pacto com o Judiciário e a Secretaria de Saúde, através da qual surja um Projeto em conjunto com a Comissão de Seguridade Social e Saúde para serem tomadas as providências necessárias de intervenções cirúrgicas de alta complexidade e internações nas **UTI(S)**, aprofundando-se nos critérios, o importante é salvar vidas. Por último a presidente da reunião agradeceu o pronunciamento dos pares que foide grande valia para todos. Nada mais havendo a tratar, a senhora presidente declarou encerrada a reunião. E, para constar, eu, Maria Jucyara Moreira Lima , Assessora da Comissão, lavrei a presente ATA que, após lida e aprovada, será assinada por mim, pela

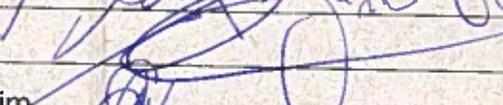
 Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	Diretoria Adjunta Operacional	CÓDIGO:	FQ-COTEP-006-00
	Formulário da Qualidade	DATA EMISSÃO:	20/06/2018
	Comissões Técnicas Permanentes	DATA REVISÃO:	
	Ata de Reunião		

presidente, Deputada Dra. Silvana  e pelos Deputados presentes.

Deputado Dr. Carlos Felipe 

Deputado Heitor Férrer 

Deputado Lucilvio Girão 

Deputado Elmano Freitas 

Deputado Guilherme Landim 